

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO 1º CICLO: muitas questões, algumas respostas e outras tantas dúvidas

Orlando Strecht-Ribeiro

*Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais
Escola Superior de Educação de Lisboa
joseor@eselx.ipl.pt*

71

Com legislação oficial recente, após largos anos marcados por hesitações ministeriais e por muito anarquismo tutelar, foi criado o contexto necessário para a implementação alargada do ensino obrigatório da língua inglesa aos mais novos no nosso país, consubstanciando o princípio de que a aprendizagem de L.E. (Língua/s Estrangeira/s) deve, numa sociedade democrática, moderna e inclusiva, integrar a formação de todos, quanto mais não seja pelas oportunidades que essa aprendizagem proporciona. Na verdade, das recomendações das organizações europeias recebeu o sistema educativo português o estímulo que ainda lhe faltava para a inevitável ruptura com um quadro de exaustão dos tradicionais modelos de organização curricular para o ensino das línguas que não era compatível com o proclamado paradigma do cidadão multilingue e multicultural. Actualmente, uma educação sem as línguas é uma educação amputada e incompleta.

O multilinguismo generalizado é o futuro da Europa, talvez a chave estratégica para a sua sobrevivência, e a questão europeia deixou de se restringir à esfera política. A formação em Cidadania Europeia terá de passar pela compreensão das interdependências económicas, ecológicas, culturais, sociais e também linguísticas que façam o cidadão sentir-se responsável pela comunidade a que pertence, assim como pela erradicação de uma mentalidade monolingue, traduzida em recomendações que sublinham a necessidade da inclusão de uma ou mais L.E.s desde muito cedo no ensino obrigatório.

Para além dos pressupostos de ordem cultural, social e económica para essa inclusão nos currículos, a aprendizagem das línguas enfatiza a promoção do desenvolvimento pessoal e social que o reconhecimento e a estima por outras formas particulares de interpretar o universal proporciona, não se limitando a dotar os alunos com um dispositivo de natureza

profissional ou de utilidade turística. O conhecimento de outras línguas permite, para além disso, a visão de outras culturas e, através do conhecimento do outro, ficamos a conhecer-nos melhor. Esta aprendizagem da intercompreensão irá contribuir para a aceitação da alteridade no interior do nosso próprio país. Mas não se trata apenas de ‘aceitar’ o outro: acolher o outro implica a transformação de ambas as partes com esse encontro interactivo e relacional.

Dentro desta perspectiva, a aprendizagem da L.E. serve cabalmente as finalidades de um projecto educativo multicultural e multilingue, contribuindo para combater desde cedo o aparecimento de processos de etnocentrismo ou preconceito étnico e dos estereótipos que o caracterizam. À educação para a literacia intercultural baseada na aprendizagem de L.E. cabe o papel de reconciliar a escola com a vida social tal como ela é, complexa e plural, sem produzir ou reforçar fenómenos de marginalidade, de xenofobia ou de exclusão.

Uma língua é muito mais do que apenas uma forma de comunicação: ela informa e conforma os quadros de apreensão da realidade e a sua aprendizagem prefigura uma competência geral para o conhecimento de outras culturas e pressupõe implicitamente o desenvolvimento do jovem como comunicador, como aluno, e como personalidade individual e socialmente responsável, isto é, como cidadão.

As já assaz divulgadas posições, nacionais e internacionais, em defesa da presença das línguas estrangeiras nos *curricula* destinados aos mais novos (Strecht-Ribeiro, 2001), assentam, entre outros, nos seguintes pressupostos gerais importantes:

- as línguas aproximam a escola da vida, já que no dia-a-dia todos sentimos como faz falta o domínio de outros códigos linguístico-comunicativos para aceder a informação de que necessitamos ou para realizar tarefas que nos propomos;
- as línguas são, em si mesmas, símbolos de diversidade e de encontro, numa sociedade com dificuldade em compatibilizar a vertigem da globalização com a necessidade de afirmação das identidades culturais;
- as línguas representam uma oportunidade de acesso e de inclusão, *versus* o factor de exclusão que lhes está frequentemente associado para as crianças oriundas de classes socioeconomicamente menos favorecidas;
- as línguas são o espaço ideal para a construção da cidadania, pelos processos de intercompreensão que implicam a todos os níveis, e contribuem decisivamente para a implementação do novo paradigma do tão desejado cidadão multilingue e multicultural.

As coisas nunca acontecem sem uma boa razão. Esta necessidade de um conhecimento linguístico plural resulta de medidas que reflectem o impacto da reorganização social nas políticas linguísticas europeias e relaciona-se intrinsecamente com um outro factor importante para a construção da Europa dos cidadãos: a mobilidade.¹ O fluxo de um grande número de pessoas de uns países para os outros implica necessariamente que a mobilidade afecte todos os aspectos da vida e da aprendizagem tanto de quem muda como de quem não quer mudar, exigindo o desenvolvimento de maiores competências no domínio do conhecimento e da compreensão da diversidade linguístico-comunicativa e cultural. Tanto em quem parte como em quem chega.

Esta mobilidade, sendo em si um factor positivo, levanta porém algumas questões que podemos apelidar de literacia intergeracional ou literacia familiar, que o tecido social do nosso país começou já a deixar transparecer. Língua e literacia podem afectar de forma indelével as relações intergeracionais devido à existência de diferenças de ritmo das diferentes gerações na aquisição linguístico-cultural da língua do país ou região para onde se imigra, podendo constituir por isso mesmo um obstáculo pesado para o desenvolvimento de uma cidadania plena.

No mundo actual, globalizado, de fronteiras esbatidas e com uma mobilidade humana que cresce todos os dias, a diversidade linguística e cultural marca presença obrigatória e tem de ser considerada incontornável. A UNESCO, organismo internacional insuspeito, defende que ‘em sociedades cada vez mais diversificadas torna-se indispensável garantir uma interacção harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como a sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz’². E é necessário amolfadar os naturais confrontos, a intolerância, as tensões, partindo de um princípio em que interessa tanto tolerar como trocar.

Ora isto não se consegue sem as línguas, elemento essencial para concretizar a oportunidade de expressar e de manter dimensões distintivas da cultura das minorias étnicas, cuja integração pode não significar necessariamente perda de especificidade, e terá de passar naturalmente pela ausência de desvantagens sociais, económicas ou quaisquer outras, com oportunidades

¹ A livre circulação das pessoas no espaço europeu constitui o cerne do investimento nos recursos humanos, uma das prioridades da União Europeia; pretende-se assim criar condições para melhorar as competências sociais dos indivíduos pela aprendizagem da comunicação e da vida em sociedade e pelo respeito da diferença e incentivar simultaneamente o desenvolvimento de competências linguísticas.

² Declaração Universal da Diversidade Cultural, UNESCO, 2001.

de participação plena nos processos políticos, sem laivos de racismo ou de discriminação.

Nesta óptica, o conhecimento de línguas constituirá seguramente um valioso contributo para a consolidação e o aperfeiçoamento do modelo de diálogo intercultural que já vai acontecendo, ajudando a construir vias de ligação que nos irão fazer muita falta num futuro já tão próximo. Num mundo em mudança constante, importa compatibilizar a vertigem da globalização com as identidades culturais, que as línguas traduzem sem margem para dúvidas, permitindo aceder às idiosincrasias dos povos numa análise que deve evitar os lugares comuns, os clichés, os estereótipos, o pitoresco, enfim, a carnavalização. Uma das formas de fazer face a alguma incomunicação existente na sociedade actual passa exactamente por um domínio adequado de línguas, sempre enquadrado pela dimensão cultural em que elas se realizam. Multiculturalidade de emissores e receptores educativos, precisa-se!

Para tal são necessários professores com formação adequada. Para além dos que neste momento constituem recursos credíveis para ensinar L.E. no 1º Ciclo – todos aqueles que, a par de uma forte competência linguístico-comunicativa e cultural, dominam todo um vasto conjunto de conhecimentos adequados à implementação do processo de ensino-aprendizagem de línguas na faixa etária dos 6 aos 9 anos e no âmbito do currículo do 1º Ciclo, tornam-se urgentes programas de formação especializada e contínua que permitam habilitar um vasto número de outros interessados na realização dessa tarefa audaciosa, permitindo-lhes desenvolver o perfil de competências que deve caracterizar o professor de L.E. no 1º Ciclo.

De acordo com a sua experiência e formação anterior, formal ou informal, haverá necessidade por parte dos docentes de suprirem lacunas diferenciadas em domínios como a *formação linguística* (identificação de princípios de psicolinguística que garantam a compreensão da especificidade dos processos de aquisição/aprendizagem das L.E. pelos mais novos, assim como apropriação de descrições dos sistemas linguísticos das línguas em confronto e do seu funcionamento), *formação em língua e cultura* (desenvolvimento das competências linguístico-comunicativas essenciais, capacidade de mobilização de recursos linguísticos relacionados com as áreas curriculares e de um discurso adequado, com marcas linguísticas e culturais da faixa etária a que se destina), *formação pedagógico- didáctica* (capacidade de organização de experiências de aprendizagem, de diversificação de estratégias, de exploração da dimensão lúdica e de articulação com outras aprendizagens) e/ou a *formação no âmbito do currículo*, que permita o desenvolvimento de projectos curriculares integrados promotores de aprendizagens globalizantes e eficazes. Se um currículo não é mais nem menos do que uma ‘construção social’, presta-se naturalmente a sofrer no seu desenho as modificações que a adaptação aos

desafios diversos da sociedade actual impõe. E a inclusão da L.E. é apenas mais uma. Mas a inovação que a L.E. no 1º Ciclo representa tem de ser uma atitude vivida e partilhada por todos aqueles que nela estão envolvidos, tem de ser fruto de uma decisão consciente dos seus principais responsáveis, e para ter sucesso precisa de ser bem planeada e de ter recursos humanos, financeiros e logísticos adequados, o que nem sempre vai acontecendo.

Sem ferir a identidade de cada área, é essencial estabelecer entre elas mais pontes do que fronteiras, definindo um sentido bi-direccional nos processos em que didacticamente se sucedem, privilegiando a integração dos saberes, e não o seu isolamento, com recurso a conteúdos de informação e formação, traçando um horizonte de actuação pedagógico-didáctica alheio a qualquer circunscrição e cujo objectivo principal consiste na valorização da dimensão interdisciplinar do conhecimento e da sua contextualização.

Ao simplificar-se descobre-se a irremediável complexidade do essencial e recorre-se à complementaridade e contaminação dos meios para servirem uma procura que implica necessariamente a desconstrução dos padrões habituais de abordar as línguas. As abordagens mais ou menos consagradas utilizadas para ensinar línguas nos outros ciclos do Ensino Básico, e em muitos institutos e escolas de línguas, não podem ser aplicadas nas escolas do 1º Ciclo. Aqui, o insucesso nesta área significa aborrecimento, frustração e recusa para comunicar, atitudes que com o tempo irão desmoralizar alunos e professores. Tem de ser criada uma atmosfera livre de stresse, em que as crianças recitem rimas e poemas, cantem canções de vários tipos, se envolvam em jogos, desenhem e pintem, construam diálogos curtos que podem evoluir para uma pequena dramatização. No desenvolvimento dessa nova abordagem, e em busca de uma nova grelha arquitectural e de um estímulo para o processo global de regeneração das linguagens pedagógico-didácticas contemporâneas, há que:

- Introduzir a **dimensão fantástica** no meio de um contexto factual
- Abordar a **aprendizagem como um todo**, tão lúdico como reflexivo
- Procurar uma **abordagem intensa e visceral**
- Favorecer a **maleabilidade didáctica** versus convenções didácticas tradicionais
- Mergulhar nas raízes de uma metodologia muito própria, **objecto de procura**

- Tornar a L.E. um novo **pólo de encontros e de iniciativas**
- **Saborear** o tempo e espaço do acto de ensinar.

Os professores devem dispor de grande liberdade para planificação dos espaços de introdução da L.E. onde melhor se ajustarem, enfatizando o desenvolvimento das capacidades de compreensão e expressão oral, implicando exercícios de compreensão oral, narrativas autobiográficas em que a criança fala de si, perguntas e respostas relacionadas com os seus interesses imediatos, interagindo e comunicando dentro do contexto das suas experiências, e a prática da pronúncia, da entoação e da discriminação sonora, uma das valências que a investigação mais reforça como justificativa de uma iniciação tão cedo. As aprendizagens deverão estar ligadas a actividades de agrado para as crianças, como jogos, histórias, canções e rimas. Dita a experiência que períodos superiores a 30 minutos não favorecem a aquisição e desconcentram os alunos mais jovens.³ A única pressão a que deverão estar sujeitos no desenvolvimento desse trabalho que se inscreve num percurso feito de interrogações sobre o processo do fazer é a exercida pelas crianças, cujo nível de motivação para a aprendizagem deve ser garantidamente sempre elevado. Esta prática deixa antever alguns caminhos que tenderão a ignorar a retórica estafada de outras linguagens e a apropriar-se de novos elementos que lhe permitirão aperfeiçoar os dispositivos de um ensino de línguas cada vez mais orientado para a valorização do instinto criativo, da serenidade não esquizofrénica, do espaço para respirar... A didáctica perfeita cria magia, ajuda a interiorização, tem de tocar quem aprende e, claro está, quem ensina.

Por estas e outras razões, as metodologias de ensino das L.E. no 1º Ciclo excedem a releitura trivial do legado da didáctica das línguas, para se lançarem na edificação de um paradigma e de uma linguagem admiravelmente multifacetados, onde o elevado nível de integração de uma infinidade de componentes e de estímulos redefine o alcance do processo de aprender uma L.E., abrindo-lhe perspectivas completamente novas e surpreendentes.

Uma última questão importante e ainda sem resposta é a que diz respeito à necessidade absoluta da articulação vertical das aprendizagens entre os dois primeiros ciclos do Ensino Básico. Nos documentos mais recentes

³ Convém não deixar de olhar para os resultados que experiências anteriores produziram noutros países, designadamente na Áustria, país pioneiro no domínio do ensino de línguas aos mais novos, e onde os primeiros projectos foram concretizados por professores de níveis mais avançados e por períodos mais longos, não conseguindo atingir os objectivos desejados. Actualmente, passadas várias décadas, e ainda naquele país, todos os professores do 1º ciclo ensinam também uma língua estrangeira. Será que teremos de seguir o mesmo longo itinerário?

não se vislumbra uma solução clara: recomendações metodológicas são insuficientes para dar sentido às práticas dos professores, os objectivos são mais que vagos, as orientações programáticas não definem estratégias sequenciais que possibilitem uma articulação vertical consistente, não está sequer bem definido o que se pode fazer nos dois primeiros anos do 1º Ciclo, apenas recentemente abrangidos pela obrigatoriedade. Mal se ouviu falar de uma fase prévia de sensibilização à aprendizagem de línguas, onde outras, para além da inglesa, poderiam rentabilizar com muitas vantagens recursos já existentes no grupo dos professores do 1º Ciclo, motivar para a intercompreensão, desenvolver estratégias básicas de aprender a aprender línguas. Não se deveria remeter para o esquecimento tudo aquilo que de bom e útil foi possível até hoje ir fazendo neste país. A aprendizagem em curso, sem um enquadramento eficaz que a defina e proteja, fica à mercê de oportunismos e de muita incompetência curiosa, correndo o risco de servir para muito pouco ou, mesmo até, de se perder. E é isso aquilo que não queremos!

O futuro está cada vez mais perto, mas poderá não ser ainda para amanhã!

Resumo

Legislação recente veio criar o contexto necessário para a implementação alargada do ensino obrigatório da língua inglesa aos mais novos no nosso país. Actualmente, uma educação sem as línguas é uma educação amputada e incompleta, já que o multilinguismo generalizado é o futuro da Europa. Para além dos pressupostos de ordem cultural, social e económica para a sua inclusão nos currículos, a aprendizagem das línguas enfatiza a promoção do desenvolvimento pessoal e social que o reconhecimento e a estima por outras formas particulares de interpretar o universal proporciona, não se limitando a dotar os alunos com um dispositivo de natureza profissional ou de utilidade turística. Dentro desta perspectiva, a aprendizagem da L.E. serve cabalmente as finalidades de um projecto educativo multicultural e multilingue, e à educação para a literacia intercultural baseada na aprendizagem de L.E. cabe o papel de reconciliar a escola com a vida social tal como ela é, complexa e plural, sem produzir ou reforçar fenómenos de marginalidade, de xenofobia ou de exclusão. Para tal são necessários professores com preparação adequada, isto é, com sólida formação linguístico-comunicativa e pedagógico-didáctica. As metodologias de ensino das L.E. no 1º Ciclo excedem a releitura trivial do legado da didáctica das línguas, para se lançarem

na edificação de um paradigma e de uma linguagem admiravelmente multifacetados, onde o elevado nível de integração de uma infinidade de componentes e de estímulos redefine o alcance do processo de aprender uma L.E., abrindo-lhe perspectivas completamente novas e surpreendentes, na observância da necessidade absoluta da articulação vertical das aprendizagens entre os dois primeiros ciclos do Ensino Básico.

Abstract

Recent legislation has created the necessary context for extending the compulsory teaching of English to the youngest pupils in the country. At a time when widespread multilingualism is the future of Europe, an education without languages is a truncated, incomplete education. Quite apart from the cultural, social and economic considerations underpinning its inclusion on curricula, language learning stresses the promotion of the personal and social development implicit in the ability to recognize and respect other distinct ways of interpreting the universe, thus transcending the notion of language merely as a tool for work or tourism. From this standpoint, FL learning fully meets the objectives of a multilingual and multicultural educational project; and it is the role of education for multicultural literacy, based on the learning of an FL, to ensure that the school is in tune with modern society, in all its plurality and complexity, and not to generate or reinforce issues of rejection, xenophobia or exclusion. To this end, there is a need for suitably trained teachers, i.e. thoroughly versed in linguistic communication, pedagogy and didactics. FL teaching methodologies in the 1st Cycle go beyond a superficial re-reading of traditional language teaching didactics and turn their attention to the construction of a particularly multifaceted paradigm and language in which a high level of integration of an infinite variety of components and stimuli redefines the scope of the FL learning process. Through the recognition of the absolute necessity of a vertical articulation of learning between the first two cycles of Basic Education, new and astonishing perspectives are revealed.